

# HISTÓRIA E GÊNERO: A CONDIÇÃO FEMININA NO SÉCULO XIX A PARTIR DOS ROMANCES DE MACHADO DE ASSIS

---

Lourenço Resende da Costa<sup>1</sup>

## Resumo

No presente artigo visou-se analisar a condição da mulher no século XIX a partir dos quatro primeiros romances de Machado de Assis: *Ressurreição*, *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*. Nesse trabalho percebe-se como o romance pode ser usado como uma importante fonte histórica e que, embora o texto literário seja um escrito ficcional, ele está repleto de verossimilhança. A metodologia usada foi o confronto entre os textos literários e os estudos a respeito da condição feminina no século XIX. O quadro teórico utilizado para analisar o papel social da mulher no segundo reinado é oriundo das questões de gênero. A utilização do romance como documento histórico foi subsidiada pelos teóricos das relações entre história e literatura.

**Palavras-chave:** Condição feminina. Século XIX. Machado de Assis.

## Introdução

A utilização do romance como documento histórico se deve à revolução nas concepções do que é um documento histórico. A escola de Annales, não somente, mas sobretudo, é responsável por uma mudança de perspectivas no trabalho do historiador; mudança que Peter Burke tratou como uma verdadeira revolução historiográfica<sup>2</sup>. A partir dessa mudança em que o romance readquire *status* de documento, os historiadores têm se debruçado sobre os romances na tentativa de desnudar aspectos até então obscuros da história.

Segundo John Gledson, estudioso de Machado de Assis e crítico literário: "(...) Machado, como muitos outros romancistas do século XIX, desejava retratar a natureza e o desenvolvimento da sociedade em que vivia"<sup>3</sup>. A mulher machadiana, portanto, está em sintonia com o mundo senhorial do século XIX. Para a pessoa do sexo feminino, o casamento e a família eram os poucos lugares de atuação. Segundo Faoro: "O casamento é um negócio, como um negócio é a herança, mas negócios que

---

<sup>1</sup> Mestre em história pela UNICENTRO/PR; E-mail: [resendedacosta@yahoo.com.br](mailto:resendedacosta@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a Escola de Annales (1929-1989)*. São Paulo: Unesp, 1991.

<sup>3</sup> GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 16.

tocam em coisas sagradas, o amor e a morte”<sup>4</sup>.

Segundo Lemaire no campo da História é possível estudar os laços entre a escrita do historiador e do literato levando-se em consideração dois aspectos principais: em primeiro lugar é preciso deixar claro que o passado real é uma coisa, a escrita historiográfica acerca desse real ocorrido é outra<sup>5</sup>.

Dessa forma, da mesma maneira que o historiador escreve a respeito de um fato passado e estabelece conexão entre o documento e a realidade representada na fonte, o literato também se utiliza da realidade. Embora com outra finalidade, ele está também ligado com o real. A diferença consiste na maior mobilidade e menor limitação do ficcionista com relação à documentação; já a escrita do historiador está totalmente limitada ao que as fontes lhe possibilitam dizer. Mas ambos, historiadores e romancistas, não reproduzem a realidade e sim a interpretam.

O segundo ponto diz respeito à impossibilidade de recuperação do fato histórico na sua forma imanente. Os documentos que tenham relação com a sociedade do segundo reinado não são os súditos de D. Pedro II, “são representações de fatos ocorridos no passado”, são fragmentos do império brasileiro<sup>6</sup>. O conceito de narrativa ocupa um lugar de destaque nas contendas teóricas nas relações entre a História e a Literatura. A partir da década de 1970, principalmente, inicia-se um intenso debate em torno da volta da narrativa no discurso do historiador. Segundo Toma, quando Lawrence Stone diz no final dos anos 1970 haver esse retorno, ele está falando de um tipo específico de narrativa, ou seja, o relato tradicional político repudiado pelos epígonos dos *Annales*<sup>7</sup>.

Para Ferreira a discussão gira camuflada em torno da disputa de poderes dentro da disciplina histórica. De um lado há uma corrente que advoga pela mobilidade de fronteiras e outra que busca manter certezas estabelecidas, ou melhor, tenta manter questões postas como certezas<sup>8</sup>. Ao historiador não cabe o papel de juiz que julga se algo é verdade ou mentira. Ferreira destaca que o debate não se centra

---

<sup>4</sup> FAORO, Raymundo. Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 224.

<sup>5</sup> DECCA, Edgar Salvadori; LEMAIRE, Ria (Orgs). *Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura*. Campinas / Porto Alegre: Ed. da Unicamp / Ed. da Universidade – UFRGS, 2000. p. 9.

<sup>6</sup> LEMAIRE, Ria. Op Cit. p. 10.

<sup>7</sup> TOMA, Maristela. A “história prodigiosa” de Martin Guerre: questões teóricas e metodológicas da História Cultural. In: *Anais da II Semana de História de Irati: A escrita da História: questões de teoria e método*. Irati-Pr: UNICENTRO, 2005. p. 134.

<sup>8</sup> FERREIRA, Antônio Celso. História e Literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares. In: *Revista Pós-História*. Assis-SP: Unesp, 1996. p. 41.

na diferenciação a respeito do que é verdade e do que é mentira, mas na própria definição dos caminhos adotados pelos pesquisadores<sup>9</sup>.

### **A mulher na historiografia**

No Brasil, segundo Samara, a mulher entra definitivamente como assunto a ser analisado pelos historiadores na década de 1980, juntamente com a História da família<sup>10</sup>. Segundo a autora, assim como há uma necessidade de se estudar a família levando-se em consideração as variáveis de raça, condição social, região, etc, a mulher também varia de acordo com cada situação<sup>11</sup>.

No século XIX a situação da mulher era de subserviência ao pai e, depois do casamento, ao marido. Havia uma dupla moral que regia a sociedade do Império: a mulher deveria permanecer virgem até o casamento e depois de casada se manter fiel ao marido; já do homem não se exigia virgindade antes do casamento e a sociedade era conivente com a infidelidade masculina. A infidelidade conjugal masculina e a iniciação da vida sexual em prostíbulos ou com as escravas era, no século XIX, motivo de orgulho dos mancebos *tupiniquins*. Com isso o homem atestava a sua virilidade.

Segundo Nizza da Silva, na segunda metade do século XIX aumentou significativamente os pedidos de divórcio por parte de mulheres que sofriam sevícias dos maridos ou que eram vítimas da infidelidade conjugal dos esposos<sup>12</sup>. Essas eram as duas principais situações em que a igreja católica reconhecia a necessidade de conceder a separação dos cônjuges<sup>13</sup>.

No século XIX o único casamento reconhecido sem entraves era aquele realizado na igreja católica. Não havia casamento civil legitimado, podia haver uniões por contrato civil, mas no caso de uma briga judicial os problemas eram enormes. Antes de analisar o motivo da queixa se discutiria se a união era válida ou não. Na maioria das vezes a união era considerada inválida e nesse caso qualquer

---

<sup>9</sup> Idem. p. 24.

<sup>10</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo, século XIX. São Paulo: Editora Marco Zero / Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989. p. 8-9.

<sup>11</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento*: São paulo século XVII. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

<sup>12</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz / Ed, da Universidade de São Paulo, 1984.

<sup>13</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

crime conjugal deixava de ser crime, pois não se reconhecia a união como válida<sup>14</sup>.

A situação feminina era frágil nessa sociedade em que, além das omissões sociais quanto à conduta masculina, havia uma insegurança jurídica enorme para a pessoa do sexo feminino. As constituições Filipinas oriundas de Portugal e que vigoraram no Brasil durante grande parte do período colonial previa punições diferentes para homens e mulheres, sendo as punições mais pesadas para as mulheres quando o crime era conjugal. Lordello, analisando a secularização do casamento no século XIX, ressalta a difícil situação feminina: “A mulher brasileira branca do século XIX aparecia como um ser despersonalizado, com atividade circunscrita ao lar e à Igreja, salvo pouquíssimas exceções (...). Sua situação era de subserviência, até jurídica, passando das mãos do pai às do marido”<sup>15</sup>.

Segundo a autora, nem a princesa Isabel escapou da visão estereotipada da inferioridade da pessoa do sexo feminino. A rejeição à possibilidade da princesa subir ao trono brasileiro para substituir o imperador residia no seu sexo: “O próprio argumento da fraqueza inerente ao sexo feminino nos induz ao verdadeiro motivo pelo qual era inviável, para a preconceituosa sociedade masculina do século XIX, o cetro imperial em mãos femininas, apesar do exemplo vitoriano em curso no mundo”<sup>16</sup>.

Stein, estudando as mulheres machadianas, além de utilizar documentos a respeito do sistema educacional do século XIX e periódicos escritos por mulheres destinados ao público feminino, também consultou as teses médicas do período a respeito da saúde da mulher. Com esses documentos ela pode recompor, de certa forma, as visões que se tinha acerca do papel do sexo “frágil” na sociedade. A autora pode constatar uma moral diferente para os dois sexos. Segundo ela: “De fato, o que havia era uma dupla moral, que, paralelamente a seu expresso puritanismo, preceituava tacitamente condutas divergentes para homens e mulheres”<sup>17</sup>.

No entanto, esse mundo de moral dupla não é algo natural, mas sim fruto de construção social em torno do que é masculino e do que é feminino. A construção social em torno do feminino aliada à falta de educação formal/escolar faz com que muitas mulheres naturalizem essas condutas e nos casos de violência doméstica

---

<sup>14</sup> LORDELLO, Josette Magalhães. *Entre o Reino de Deus e dos Homens: a secularização do casamento no Brasil do século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

<sup>15</sup> LORDELLO, Josette Magalhães. Op Cit. p. 43.

<sup>16</sup> Idem. p. 42.

<sup>17</sup> STEIN, Ingrid. *Figuras femininas em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 33.

acabem minimizando a culpa dos parceiros agressores.<sup>18</sup>

Para Smith a metáfora do espelho da História evocada por Febvre, a partir do qual nada vemos a não ser a própria História, traz a ideia implícita de que o escrito do historiador não dá lugar para preconceitos e preferências; o escrito nessa perspectiva não teria sexo, classe social, não teria gênero:

O resultado, como Lucien Febvre sugere quando afirma não ver na história senão história, é que a figura do historiador individual torna-se espiritualizada e invisível. Seu *eu*, que inclui preconceitos e preferências, desaparece do espelho junto com as minúcias imperfeitas do objeto refletido, para ser substituído por uma visão “verdadeira” da realidade histórica relatada por um narrador invisível, onisciente.<sup>19</sup>

Smith apregoa que embora o “espelho” seja um ótimo instrumento para se visualizar os acontecimentos, ele pode também refletir imagens fugidias, dar a noção de movimento. O tratamento de um assunto era sempre tido como mais relevante se fosse um homem o autor da reflexão. A diferenciação de gênero, na análise historiográfica, nasceu antes do advento da História como ciência<sup>20</sup>.

Samara destaca que gênero é utilizado para superar a distinção entre homem e mulher baseada na diferença do sexo<sup>21</sup>. O conceito de gênero ultrapassa e rejeita o determinismo biológico enfatizando a construção social dos termos da relação entre homens e mulheres. Segundo a autora: “(...) é preciso ressaltar que, apesar das tradições culturais comuns, é impossível traçar um perfil único para a mulher latino-americana... é necessário, nas pesquisas de gênero, estar atento às “diferenças”, tendo, também, sensibilidade para entender as semelhanças”<sup>22</sup>.

Perrot enfatiza que a relação entre homem e mulher baseada na diferença sexual (relação, portanto, biológica) é questionada pelos movimentos femininos contemporâneos que passam a empregar o conceito de gênero (uma construção social, cultural). A autora questiona a maneira como se abordar a relação entre masculino e feminino: “O sexo é a determinação primeira? Ele não pertence ao

---

<sup>18</sup> FERRARI, Iva Joanna. Ser mulher: uma experiência de terror e fascínio. In: *Psicologia Argumento*. Curitiba: Ano XVIII – Número XXVII – Outubro, 2000. p. 103.

<sup>19</sup> SMITH, Bonnie G. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 16.

<sup>20</sup> SMITH, Bonnie. Op Cit. p. 15.

<sup>21</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina. In: *Gênero em debate*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 38.

<sup>22</sup> Idem. p. 45.

gênero, num corpo cuja historicidade seria prioritária?"<sup>23</sup>.

Para Butler é importante não perder de vista que, embora seja relevante problematizar a distinção simplista do que é papel da mulher e do que é papel do homem a partir da diferença do sexo, é preciso também destacar como essas atribuições são social e culturalmente construídas:

Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino.<sup>24</sup>

Para Bourdieu ser masculino e feminino de acordo com a norma vigente não é algo natural. A masculinização do corpo masculino e a feminização do corpo feminino é uma tarefa interminável<sup>25</sup>. Não por acaso algumas cores como o rosa e o azul são, respectivamente, tidas como feminina e masculina em nossa sociedade. O bebê entra na vida sendo preparado para assumir o gênero que seu sexo sugere. Embora ele tenha definidas todas as características anatômicas inerentes ao sexo, homem ou mulher, há todo um trabalho de reafirmação de um ou outro gênero.

Butler<sup>26</sup> alerta que, embora a definição de gênero não seja pautada única e exclusivamente na diferença anatômica do sexo, é a partir dessa constatação que é dada a largada no processo de definição do masculino e do feminino. Nesse quesito pode-se fazer um paralelo com as considerações salientadas por Bourdieu<sup>27</sup>.

A dominação masculina, segundo Bourdieu começa no processo histórico de masculinização e feminização dos corpos<sup>28</sup>. Há um discurso, às vezes inconsciente, de pais e professores, alertando as meninas que é mais fácil para os meninos as carreiras científicas. Esse discurso aparentemente paternal produz uma dominação, uma vez que afasta a menina do trabalho técnico e a empurra para um menos qualificado ou para a posição de mãe, mulher submissa ao marido, preconizada pela sociedade. Para o autor a dominação masculina encontra no desconhecimento um de seus suportes principais.

<sup>23</sup> PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 63.

<sup>24</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 24-25.

<sup>25</sup> BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 6° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 70.

<sup>26</sup> BUTLER, Judith. Op Cit.

<sup>27</sup> BOURDIEU, Pierre. Op cit. p. 71.

<sup>28</sup> Idem. p. 77-98.

A força da dominação masculina é que ela, aparentemente, não precisa de justificação. Um exemplo disso é o próprio movimento feminista que luta pelos direitos da mulher. A luta pelo direito de usufruir do próprio corpo é um exemplo emblemático. As mulheres tiveram e ainda têm que lutar contra um discurso, médico, religioso, entre outros, que estigmatizou o corpo feminino. E, no entanto, não há movimentos para defender o direito do homem nesse campo. Isso aparece como natural<sup>29</sup>.

A representação dos dois sexos não é simétrica, ela parte da hierarquização socialmente aceita. Isso ocorre a partir do momento em que o masculino é a medida de todas as coisas. Para Bourdieu: “Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-se assim ser vistas como naturais”<sup>30</sup>. É o caso da situação analisada por Ferrari<sup>31</sup>.

Podemos fazer um paralelo entre a problematização feita por Soihet<sup>32</sup> com a análise de Bourdieu<sup>33</sup>, segundo a qual o privilégio do poder masculino pode também ser uma cilada uma vez que essa dominação tem que ser exercida em qualquer situação. Mostrar-se compreensivo com a esposa pode ser visto como fraqueza e aí reside o medo de ser excluído do mundo masculino: “A virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo”<sup>34</sup>.

Em consonância com isso Bourdieu chama a atenção para a importância de não apenas identificar as mudanças da condição feminina ao longo do tempo, mas de compreender os sistemas “formais” que arrancam da História a historicidade da “supremacia masculina”. Ele chama a atenção principalmente para a família, a igreja e a escola<sup>35</sup>.

É na família que é iniciado o processo de divisão entre o gênero masculino e o feminino. A educação da menina é cercada por mais “cuidados” e restrições; na Igreja é ouvido o eco do estigma do pecado original cometido por uma mulher, Eva. A

---

<sup>29</sup> Idem. p. 13-18.

<sup>30</sup> Idem. p. 46.

<sup>31</sup> FERRARI, Iva Joanna. Op Cit.

<sup>32</sup> SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org). *História das mulheres no Brasil*. 8º ed. São Paulo: Contexto, 2006.

<sup>33</sup> BOURDIEU, Pierre. Op Cit. p. 64.

<sup>34</sup> BOURDIEU, Pierre. Op Cit. p. 67.

<sup>35</sup> Idem. p. 101.

Escola assim como a família, esconde, por trás de um discurso aparentemente protetor, a exclusão da mulher ao acesso de conhecimentos capazes de serem usados para a compreensão da própria situação. Segundo Boschilia: "Ao dividir o mundo entre público e privado, a sociedade burguesa definiu como o espaço da mulher os limites do mundo privativo da família"<sup>36</sup>.

### **As mulheres machadianas: O casamento e a dupla moralidade no século XIX**

As personagens femininas de Machado de Assis estão em consonância com a sociedade patriarcal do século XIX. A possibilidade de ascensão social para a mulher era pequena. Segundo Stein, a mulher tinha na subida social do marido a sua única possibilidade de galgar melhor posição na sociedade. Na análise de Stein a mulher machadiana, por esse motivo, só aparece como alguém com autoridade quando fica viúva<sup>37</sup>. Nos romances que analisamos temos dois exemplos disso: a viúva Valéria Gomes em *Iaiá Garcia* e a baronesa em *A mão e luva*.

O casamento e o lar, portanto, eram os locais de atuação da mulher no século XIX. Mas, como bem apontou Faria, ao longo do período colonial muitos homens buscavam no casamento com moças de famílias tradicionais a resolução de problemas ligados ao *status* social. Muitos senhores de escravos não possuíam liquidez monetária, mas tinham *status* social. O comerciante tinha dinheiro, mas não tinha reconhecimento social. Nesses casos havia uma troca, mas em ambos os casos, a mulher passava da tutela do pai à do marido<sup>38</sup>.

No conto *Luís Soares*, Machado de Assis mostra a tentativa da personagem homônima do conto em casar com a prima por dinheiro. Segundo Costa, Machado de Assis mostra como o casamento era, muitas vezes, buscado por motivos muito mais pecuniários do que sentimentais<sup>39</sup>.

No romance *A mão e a luva*, temos um caso em que a ascensão social do marido será da mulher também. No momento em que fica acertado o casamento de Luís Alves e Guiomar a moça pergunta ao mancebo o que ela receberá do marido e

<sup>36</sup> BOSCHILIA, Roseli T. *Entre fitas, bolachas e caixas de fósforo: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)*. Curitiba, PR: Artes & Textos, 2010. p. 43.

<sup>37</sup> STEIN, Ingrid. Op Cit.

<sup>38</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia brasileira: economia e diversidade*. São Paulo: Moderna, 1997.

<sup>39</sup> COSTA, Lourenço Resende da. O casamento como um negócio no conto Luís Soares de Machado de Assis. In: *Anais do VI Seminário de Ciências Humanas, Letras e Artes de Irati*. Irati-Pr: UNICENTRO, 2009.

este lhe responde: "O lustre do meu nome"<sup>40</sup>.

Nos romances machadianos temos exemplos de pais que almejavam com o casamento das filhas ascenderem a uma posição social melhor, mesmo que indiretamente. O pai de Estela em *Iaiá Garcia* é um deles. O Sr. Antunes ambicionava casar a filha com Jorge Gomes, pois com isso ele se tornaria da família à que ele devia tantos favores. No entanto, para garantir que seu filho voltasse da guerra e não desposasse a agregada, Valéria tratou de arranjar a união entre Estela e Luís Garcia, simples funcionário de uma repartição do governo. Por não ter como recusar a aprovação do casamento, o Sr. Antunes cede, mas com muito custo. Vejamos como o narrador relata a aprovação do enlace:

O casamento foi aprovado pelo Sr Antunes, com a mesma alma que um réu sanciona a própria execução. Não somente se lhe iam embora esperanças muito menos modestas, como lhe repugnava o caráter do genro. Não cedeu sem hesitação e luta; hesitação perante a viúva, luta em relação à filha; mas cedeu, porque ele nascera para não resistir.<sup>41</sup>

Outro exemplo de pai com intenção de galgar melhor posição social através do matrimônio da filha na ficção machadiana aparece no romance *Helena*<sup>42</sup>. O Dr. Camargo, segundo o ácido comentário do narrador, beija a filha três vezes: o primeiro beijo na noite da morte do Conselheiro Vale, o segundo quando Estácio pede sua filha, Eugênia, em casamento e o terceiro após o enterro de Helena. A princípio isso não chama a atenção, pois são três momentos distintos, mas de grande emoção: em dois casos, são momentos de dor em que há a necessidade de consolo; em um é de felicitação após um pedido de casamento.

Mas aí é que reside a sutil, porém mordaz, crítica machadiana. O primeiro beijo ocorre na noite da morte do pai de Estácio, noite em que o Dr. Camargo vislumbra a possibilidade de casamento entre o mancebo rico e a filha. Com a morte do Conselheiro havia mais possibilidades de torcer a inclinação do rapaz ao consórcio com a moça. O segundo beijo é dado na ocasião em que Estácio envia ao médico uma carta pedindo a mão da moça. O terceiro beijo é logo após o enterro de Helena. Com a morte da moça a ameaça ao casamento se dissipa, pelo menos na análise do médico.

---

<sup>40</sup> ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. São Paulo: Martin Claret, 2007. p. 116.

<sup>41</sup> ASSIS, Machado de. *Iaiá Garcia*. São Paulo: Martin Claret, 2007. p. 67.

<sup>42</sup> ASSIS, Machado de. *Helena*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

Mas isso não significa que todas as mulheres no século XIX ou que todas as mulheres machadianas pudessem transpor ou melhorar de posição social sem problemas. Os casamentos desiguais quanto aos cabedais não eram incentivados, pois era dividir e não somar, segundo a matemática senhorial. Era dividir dinheiro e subtrair prestígio social. A parte mais pobre, ainda mais se fosse a mulher, teria que conviver com a possibilidade da parte mais rica uma hora ou outra lembrá-la da sua condição social antes do matrimônio.

A personagem Estela de *Iaiá Garcia* vai fugir justamente desse constrangimento ao resistir aos assédios do mancebo Jorge Gomes, contrariando inclusive os desejos do pai. Segundo Nizza da Silva, ao longo dos séculos XVII e XVIII havia o incentivo para matrimônios onde houvesse igualdade na idade, na condição social, na conformidade física e moral<sup>43</sup>. É possível, a partir dos indícios nos romances, que essa prática tenha vigorado século XIX a fora.

Um mundo para a mulher fora da esfera familiar e do casamento era praticamente impensável para o século XIX. A observância de uma dupla moral em relação à sexualidade era clara em meados daquele século. Se para o homem atestar sua virilidade era algo louvável e até incentivado, o mesmo não acontecia com a mulher. A mulher deveria permanecer virgem antes do casamento e fiel ao marido depois dele. Se o mundo feminino no período compreendido pelos romances de Machado era, em muitos casos, um prolongamento do casamento, era imprescindível a observância de certas regras. Portanto, segundo Stein, se o marido por qualquer motivo, principalmente o adultério, resolvesse repudiar a esposa, ela estaria liquidada socialmente<sup>44</sup>.

Os textos machadianos estão repletos de mulheres submissas e vítimas da infidelidade conjugal de seus esposos. Na galeria dos romances de Machado de Assis há apenas duas personagens femininas importantes que podem ser reprovadas<sup>45</sup>: Virgínia e Capitu de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro* respectivamente. Sendo que a última é uma personagem enigmática, não temos como afirmar com certeza se ela traiu o marido ou se as suspeitas de Bento Santiago são apenas fruto de seus ciúmes. Nos quatro romances que abordamos nesse estudo

---

<sup>43</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Op Cit. 66.

<sup>44</sup> STEIN, Ingrid. Op Cit. p. 34.

<sup>45</sup> Há outras personagens, como Marcela de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, que tem comportamento reprovável, mas todas sem visibilidade nos enredos.

não há nenhuma mulher adúltera entre as principais personagens femininas.

Para a mulher, a simples suspeita já era motivo de repreensão, basta lembrar a visita que Livia faz à casa de Félix em *Ressurreição*<sup>46</sup>. O médico adverte sobre o perigo dos comentários da sociedade em razão da visita de uma mulher à casa de um homem solteiro.

Em *A mão e a luva*, a baronesa, madrinha de Guiomar, ao saber do encontro, accidental, da moça com Estevão no fundo do quintal e da conversa travada entre os dois sobre a cerca do quintal, repreende a moça sobre a necessidade da descrição e do perigo se alguém estranho os visse, ainda mais se fosse alguém que não conhecesse as qualidades de Guiomar. Em *Helena* a personagem homônima não podia passear a cavalo sozinha sem que um pajem a acompanhasse. A liberdade de ir e vir estava tolhida para a mulher no século XIX.

Já em *Iaiá Garcia* a conversa de Iaiá com Jorge no caminho para a casa da madrinha da menina era cercado de tensão, pois a qualquer momento alguém podia aparecer e interpretar mal a cena. A mulher é que seria o alvo dos comentários, pois para os homens, mesmo casados, serem vistos com uma mulher era tido como um triunfo. O mesmo não acontecia quando se tratava da mulher.

O homem não necessitava de tantos cuidados. Em *Ressurreição* Luís Batista, mesmo estando presente a esposa Clara, flerta Livia em pleno sarau familiar:

Mas a mulher dele? A mulher dele, amigo leitor, era uma moça relativamente feliz. Estava mais que resignada, estava acostumada à indiferença do marido. Dera-lhe a Providência essa grande virtude de se afazer aos males da vida. Clara havia buscado a felicidade conjugal com a ânsia de um coração que tinha fome e sede de amor. Não logrou o que sonhara. Pedira um rei e deram-lhe um cepo. Aceitou o cepo e não pediu mais.<sup>47</sup>

O Conselheiro Vale em *Helena* é outro exemplo da infidelidade masculina e sua esposa um exemplo de mulher submissa. Segundo o narrador, o Conselheiro foi acompanhado até o último momento por seus amores extraconjugais: “Se nenhuma saudade partidária lhe deitou a última pá de terra, matrona houve, e não só uma, que viu enterrar com ele a melhor página da sua mocidade”<sup>48</sup>.

Segundo Sidney Chaloub, a infidelidade do Conselheiro contrasta com a

<sup>46</sup> ASSIS, Machado de. *Ressurreição*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

<sup>47</sup> Idem. p. 60.

<sup>48</sup> HELENA. p. 16.

sexualidade apagada do filho Estácio. O historiador faz um paralelo entre *Helena* e *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Esse contraste, segundo Chalhoub, denota uma mudança histórica na situação das elites brasileiras na conjuntura das lutas em torno da abolição da escravidão:

O romance do Conselheiro Vale com a mãe de Helena começara no final da década de 1830, prosseguindo nos anos seguintes; os amores clandestinos de Brás e Virgília ocorreram durante a década de 1840. Também significativamente, o ano de 1850, no qual ocorreu a aprovação da lei que resultou na extinção definitiva do tráfico africano, aparece como decisivo nos dois romances.<sup>49</sup>

História e adultério nos dois casos. A tese de Chalhoub reforça nosso argumento de que é possível pensar a história do Brasil a partir da Literatura e de que é possível, com as personagens femininas dos romances analisados, pensar a condição da mulher no século XIX.

A diferença de conduta para homens e mulheres nesse contexto está intimamente ligada à hierarquização de gênero tal qual aponta Bourdieu<sup>50</sup>. O homem, se não pode dar vazão a sua libido sem ressalvas, conta, no entanto, com a complacência da sociedade.

Da mesma forma que o casamento monogâmico foi uma construção histórica, como aponta Vainfas<sup>51</sup>, a necessidade de a mulher permanecer virgem até o casamento e permanecer fiel ao marido após o enlace matrimonial como salienta Stein<sup>52</sup>, também o foi. Os enredos machadianos mostram o papel masculino e feminino na sociedade carioca do segundo reinado. Não por acaso as qualidades femininas ligadas à pureza e à virgindade são grandes em Machado de Assis. Esses aspectos são importantes para a moça que quisesse um casamento sem mácula e com as bênçãos da sociedade. Em *Ressurreição* a filha do Coronel é descrita como “uma figura delgada, rosto angélico, formas graciosas, toda languidez e eflúvios”<sup>53</sup>.

Outra personagem que é descrita de forma em que fica evidente essa questão é Helena no romance homônimo. A recusa da moça em valsar deu asas à imaginação do irmão: “Era a castidade selvagem da irmã que lhe não permitia o

<sup>49</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 76.

<sup>50</sup> BOURDIEU, Pierre. Op Cit.

<sup>51</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1992.

<sup>52</sup> STEIN, Ingrid. Op Cit.

<sup>53</sup> *RESSURREIÇÃO*. p. 29.

contato de um homem, ideia que lhe fez bem ao coração”<sup>54</sup>.

Saindo da literatura machadiana temos as cartas de Rui Barbosa à sua noiva Maria Augusta. Em pelo menos três delas, em 26 de maio, 29 de maio e 12 de junho, todas do ano de 1876, o noivo se refere à noiva com adjetivos como virginal, casta e pura<sup>55</sup>. O testemunho de Rui Barbosa vem corroborar com nosso argumento de que esse era um tema caro aos cariocas do segundo reinado.

A educação da mulher no segundo reinado era bastante diferente da do homem. Existem vários personagens com formação superior, podemos citar os exemplos de Luís Alves e Estevão no romance *A mão e a luva* que eram advogados. No romance *Helena* Estácio também é formado em Direito, da mesma forma que Jorge em *Iaiá Garcia*. Félix em *Ressurreição* embora não exerça o ofício é médico.

Das figuras femininas, nenhuma é formada em curso superior. Isso atesta a verossimilhança dos enredos machadianos com o contexto do Império. A menina do século XIX após as primeiras letras não iam para a Universidade, pois sua função social era voltada pra família. Após serem alfabetizadas as meninas aprofundariam a sua educação por um lado nas “artes de agulha”, nos tricôs, bordados, costuras em geral. Por outro, mesmo que o serviço fosse feito a maior parte pelas escravas, a mulher deveria na sua educação apurar seus dotes culinários.

Para as mulheres das elites, mulheres retratadas nos textos de Machado, as aulas de dança, canto, piano e língua, sobretudo o francês, eram as coisas necessárias para a vida da mulher. Sua atuação social se daria de forma indireta a partir do marido.

Em *Helena* a personagem homônima reunia em si muitas dessas qualidades exigidas pela sociedade. Helena tinha voz de contralto, além de tocar piano e falar fluentemente o francês e um pouco de inglês e italiano<sup>56</sup>. No mesmo romance, Eugênia noiva de Estácio tocava piano muito bem, além de dominar a dança como poucas<sup>57</sup>. Guiomar sabia bordar e coser muito bem<sup>58</sup>. Aparentemente são prendas pouco observadas na atualidade, mas no contexto do século XIX eram coisas imprescindíveis para as moças que almejavam um bom casamento. Vale ressaltar que não podemos aplicar uma grade de leitura contemporânea à documentação de

---

<sup>54</sup> HELENA, p. 72.

<sup>55</sup> BARBOSA, Rui. *Cartas à noiva*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira / Casa Rui Barbosa, 1982.

<sup>56</sup> HELENA, p. 31.

<sup>57</sup> Idem. p. 71.

<sup>58</sup> A MÃO E A LUVA.

outro período.

A ética do trabalho não era muito incentivada no segundo reinado. Trabalho era coisa para escravo. Mesmo o homem branco pobre, em algumas situações, não fazia as mesmas atividades dos escravos. O pai de Estela em *Iaiá Garcia* não trabalha em qualquer coisa, suas ocupações eram sempre junto a padrinhos políticos; o pai de Iaiá trabalhava numa repartição pública e para o serviço doméstico tinha o negro Raimundo que embora fosse forro permanecia na casa do antigo amo fazendo os serviços de outrora quando ainda era escravo.

Se para o homem branco trabalhar envolvia uma série de questões sociais, no caso da mulher isso era ainda pior. A escola não lhe fornecia subsídios para se sustentarem sozinhas. Além do mais, trabalhar, segundo Chalhoub, era verbo inconjugável para os senhores de escravos<sup>59</sup>.

A mulher se não arrumasse um casamento deveria contar com a sorte e ser admitida como dama de companhia de alguma matrona. Vejamos um diálogo entre Guiomar e a madrinha baronesa no romance *A mão e a luva* que exemplifica essa postura:

Tinha a moça dezesseis anos quando passou para o colégio da tia de Estevão, onde pareceu à baronesa se lhe poderia dar mais apurada educação. Guiomar manifestara então o desejo de ser professora. Não há outro recurso – disse à baronesa quando lhe confiou esta aspiração. Como assim? - perguntou a madrinha. Não há – repetiu Guiomar. - Não duvido, nem posso negar o amor que a senhora me tem; mas a cada qual cabe uma obrigação, que se deve cumprir. A minha é... é ganhar o pão. Estas últimas palavras passaram-lhe pelos lábios como que à força. O rubor subiu-lhe às faces; dissera-se que a alma cobria o rosto de vergonha<sup>60</sup>.

Esse trecho do romance é exemplar da necessidade da mulher arrumar um bom casamento ou a proteção de uma família rica. Ele é mais exemplar ainda no que se refere à propensão das pessoas brancas do século XIX ao trabalho. A sorte de Guiomar vai mudar e ela não vai precisar trabalhar para se sustentar. A filha de sua madrinha vai falecer e Guiomar será transferida para a casa da baronesa e posteriormente se casará com um talentoso advogado e político promissor. E assim a moça é salva da “vergonha do trabalho”<sup>61</sup>.

<sup>59</sup> CHALHOUB, Sidney. Op Cit.

<sup>60</sup> *A MÃO E A LUVA*. p. 39.

<sup>61</sup> No romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis pontua em vários momentos a

O diálogo lido a partir de uma grade de leitura contemporânea não é inteligível e para o ser deve ser contextualizado. Mais um exemplo de que a literatura é uma fonte importante para o trabalho do historiador. Sobretudo para períodos ou temas em que a documentação tradicional é escassa. Ou mesmo para possibilitar uma nova visão a respeito de um tema bastante explorado.

### **Considerações finais**

A partir do que foi discutido ao longo desse trabalho podemos concluir que Machado de Assis, através de seus romances, faz uma profunda análise da sociedade do século XIX no Rio de Janeiro. Machado ao narrar a dupla moral, sobretudo sexual, do segundo reinado apresentando uma infinidade de homens adúlteros e mulheres resignadas, não estava fazendo uma apologia a essa questão. O romancista apenas retratava a partir de sua pena a situação social que o circundava.

No confronto entre os romances e alguns estudiosos do século XIX vimos que os textos literários, nesse quesito, estavam repletos de verossimilhança. Portanto, os textos podem ser vistos como uma denúncia e não uma apologia a essa conduta masculina, conduta que a sociedade ajudava a perpetuar.

No que diz respeito à situação educacional da mulher, o texto está repleto de “realidade” e novamente os textos de historiadores apontam para o valor documental dos enredos machadianos. Machado não é anacrônico com seu tempo, por esse motivo algumas leituras de seus textos podem apontar para uma complacência com a sociedade masculina da qual ele era parte.

Portanto, no artigo que ora se finda, mas sem fechar a porta atrás de si, além de buscar um entendimento da mulher no século XIX a partir de uma fonte literária, buscou-se apontar para o ganho no campo da interdisciplinaridade com o uso da Literatura como fonte histórica.

---

repulsa que a elite brasileira tinha em relação ao trabalho. A personagem Quincas Borba ao mendigar encontra o antigo amigo de infância Brás Cubas. Brás ao ver o antigo colega naquele estado insinua que pode achar algum trabalho para que Quincas Borba saia da mendicância, mas este diz abertamente que não quer trabalhar. O exemplo extremo Machado guarda para o último capítulo intitulado “Das negativas” onde Brás, o defunto autor, narra seus fracassos. Mas entre esses fracassos, esses déficits, há alguns superávits. Um deles é que Brás Cubas não precisou comprar o pão com o suor de seu próprio rosto.